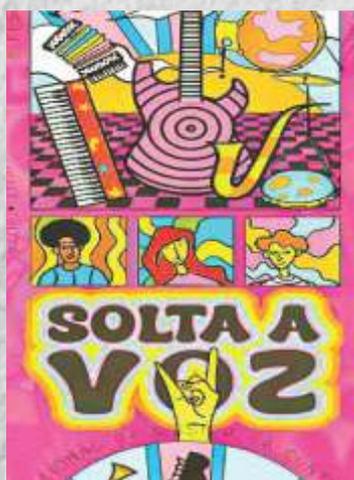


1º Festival de Música Contraf-CUT

Inscrições encerrarão dia 12/05



As inscrições para o 1º Festival de Música Contraf-CUT seguem abertas até o dia 12 de maio. O evento, criado para talentos de bancárias e bancários, e estendido para todos os trabalhadores do ramo financeiro, será totalmente online e com premiações de R\$ 500 a R\$ 5 mil para os cinco primeiros colocados. Leia mais na **Página 2**

Contraf-CUT e Pactu apoiam a Chapa 1 nas Eleições Previ

A votação será entre os dias 12 e 26 de abril. Leia mais na **Página 2**

Por que o Sindicato dos Bancários não assina a Convenção Coletiva dos trabalhadores em cooperativas de crédito?

Página 3

Promoção por mérito

Empregados da Caixa conquistam avanço **Página 3**

Eleições da Funcef: primeiro turno vai até dia 19/04



Conheça os candidatos, entenda nossas propostas e saiba como e onde votar

Começa nesta terça-feira, dia 16/04, e prossegue até sexta-feira, dia 19/04, o primeiro turno da eleição para os ocupantes da diretoria de Administração e Controladoria, Conselho Deliberativo e Conselho Fiscal da Funcef.

Página 2

Copel: quedas de energia aumentam após privatização



Segundo o Sindicato dos Engenheiros do Paraná (Senge-PR), após a venda da Copel os apagões aumentaram 41% e o tempo de reparo cresceu 55%. A empresa sequer mandou representantes à audiência pública que debateu os problemas.

Página 4

Eleições Previ

Chapa 1 defende gestão sem interferências externas



As associadas e associados da Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil (Previ) elegem, até o dia 26 de abril, os ocupantes para o Conselho Diretor, Conselho Fiscal e Diretoria de Segurança da entidade. Duas chapas concorrem ao pleito, sendo a Chapa 1 – Previ para os Associados a que recebe o apoio das principais entidades de representação dos funcionários, entre elas os Sindicatos do Pactu.

A Contraf-CUT destaca que “conta muito a experiência acumulada pelos membros da Chapa 1, que têm histórico de compromisso com os associados e capacidade de gestão”. Essa capacidade é demonstrada pelos resultados positivos da Previ em 2023, com o maior superávit já registrado pelo Plano 1, nos últimos dez anos, e rentabilidade acumulada de 16,1% ao ano,

no plano Previ Futuro – percentual que representa quase o dobro da meta de referência, de 8,5%. O candidato a reeleição para a diretoria de Segurança da Previ, Wagner Nascimento, reforça que “gerir a Previ é coisa muito séria”, pois se trata da segurança de 197 mil participantes e de seus familiares.

Ele destaca também que “se a Previ comemora, agora em abril, 120 anos como um dos maiores fundos de pensão da América Latina é porque prioriza a responsabilidade para com os associados e isso acontece porque tem os associados na gestão da entidade, afastando os riscos de interferências externas do mercado ou de governos”, completa.



ACESSE E LEIA MAIS

ELEIÇÕES DA FUNCEF

Primeiro turno vai até dia 19/04

Começa nesta terça-feira, dia 16/04, e prossegue até sexta-feira, dia 19/04, o primeiro turno da eleição para os ocupantes da diretoria de Administração e Controladoria, Conselho Deliberativo e Conselho Fiscal da Funcef. Todos os participantes ativos e assistidos maiores de 18 anos inscritos nos planos de benefícios da Funcef até 31 de janeiro de 2024 têm direito a voto. A votação é realizada por meio de sistema eletrônico, com acesso por CPF e senha

pessoal do eleitor, pelo aplicativo móvel da Funcef ou pelo site (<https://www.funcef.com.br/>). A Contraf-CUT e os Sindicatos do Pactu apoiam a eleição de Leonardo Quadros (diretor de Administração e Controladoria) com o número 12, Maria Gaia (titular) e Amanda Leite (suplente), que concorrem ao Conselho Deliberativo com o número 31, e Wagner Ferreira (titular) e Mizaki Mitiue (suplente), que concorrem ao Conselho Fiscal com o número 21.

1º Festival de Música Contraf-CUT Inscrições encerrarão dia 12/05



As inscrições para o 1º Festival de Música Contraf-CUT seguem abertas até o dia 12 de maio. O evento, criado para talentos de bancárias e bancários, e estendido para todos os trabalhadores do ramo financeiro, será totalmente online e com premiações de R\$ 500 a R\$ 5 mil para os cinco primeiros colocados. Para participar, basta se inscrever com uma música de autoria própria ou de coautoria. A letra não pode ter conteúdo racistas, homofóbicos ou com qualquer tipo de ofensa a algum grupo ou gênero. No dia 20/05 serão publicados os nomes dos selecionados; de 21 a 28/05 será o período para a votação popular e no dia 29/05 serão divulgados os cinco vencedores e entrega dos prêmios. As inscrições podem ser feitas nos sites do Pactu (www.pactu.org.br) e da Contraf-CUT (www.contrafcut.com.br).



ACESSE E LEIA MAIS

Concurso da Caixa:

Faça o cursinho gratuito

A Contraf-CUT, em parceria com a Federação Nacional das Associações do Pessoal da Caixa (Fenae) e o Sindicato dos Bancários de Brasília, está oferecendo um curso preparatório totalmente gratuito para inscritos no concurso da Caixa. O conteúdo do curso foi desenvolvido por uma equipe de professores da própria Caixa, com temas relacionados à matemática básica e financeira, conhecimentos básicos, redação, legislação específica, marketing, vendas, dentre outros. As aulas serão realizadas em duas modalidades (gravadas e ao vivo), seguindo o formato de “pílulas de conhecimento”, nas quais os conceitos são ensinados de forma simples, prática e objetiva. Os alunos contarão com suporte técnico e pedagógico para ajudar nos estudos.

Como fazer o curso

1. O primeiro passo é fazer a inscrição.
2. Depois de se inscrever, o interessado receberá um e-mail avisando que o pedido de inscrição foi recebido.
3. Em seguida, receberá um segundo e-mail com um link que o levará para a plataforma dos cursos, onde ele deverá cadastrar a senha.
4. Após o cadastro, a própria plataforma o orientará a voltar para a página inicial, onde ele deve digitar CPF e senha de acesso e escolher a instituição “Caixa Econômica Federal”.
5. Acessar as aulas.

Promoção por mérito

Finalmente um avanço nas negociações com a Caixa

Mas a proposta para PcD é frustrante

O pagamento dos deltas referentes à promoção por mérito de 2023 foi a notícia mais animadora da mesa de negociação entre a Caixa Econômica Federal e a Comissão Executiva dos Empregados (CEE), ocorrida na tarde de terça-feira, 09/04. “Finalmente uma definição”, comemorou a CEE. O banco aceitou pagar um delta para todas empregadas e empregados elegíveis, seguindo as mesmas regras utilizadas para pagar os deltas de 2022.

Somente não receberá o delta quem está na última referência salarial (248); trabalhou menos do que 180 dias em 2023; possui penalidades (suspensão, censura ética); teve advertência em 2023 e já tenha recebido outra nos últimos 5 anos; possui uma ou mais faltas não justificadas ou está com contrato de trabalho suspenso no mês de pagamento. Porém, a proposta da Caixa sobre direitos de pais de PcD foi frustrante. Na proposta



do banco, somente há possibilidade de redução da jornada com a proporcional redução salarial. Ou seja, com todos os custos adicionais que os cuidados de uma criança com deficiência demandam, qual pai, ou mãe, pode abrir mão de parte de seu salário? “Isso não é avanço!”, criticou a CEE/Caixa. Esse e outros temas ficaram para a próxima reunião, que deve ocorrer nos próximos dias.



ACESSE E LEIA MAIS

Financiários aprovam pauta de reivindicações

Em assembleias realizadas nos dias 09 e 10/04, os financiários aprovaram a minuta de reivindicações da Campanha Nacional 2024. A pauta foi aprovada na 7ª Conferência Nacional dos Financiários, realizada no dia 26/03, na sede da Contraf-CUT, em São Paulo. Os destaques da pauta de reivindicações são propostas de reajuste dos salários com o INPC + 5% de aumento real, reajuste diferenciado no vale-alimentação (VA) e no vale-refeição (VR) e aumento na

Participação nos Lucros e Resultados (PLR), além da manutenção das cláusulas da atual Convenção Coletiva de Trabalho (CCT) por dois anos. A minuta será entregue à Fenacrefi, a partir do dia 15 de abril, para posterior definição do calendário das reuniões de negociações para a renovação da CCT.



ACESSE E LEIA MAIS

Por que o Sindicato dos Bancários não assina a Convenção Coletiva dos trabalhadores em cooperativas de crédito?

Essa é uma pergunta que já foi feita por quase todos os bancários e bancárias e por quase todos os trabalhadores e trabalhadoras em cooperativas de crédito (cooperativários e cooperativárias). E ouvida por todos os dirigentes dos sindicatos dos bancários.

Uma pergunta natural, pois quando entramos em uma agência bancária ou cooperativa de crédito é tudo absolutamente igual: os serviços, as rotinas, os produtos. Então, qual a resposta para a pergunta?

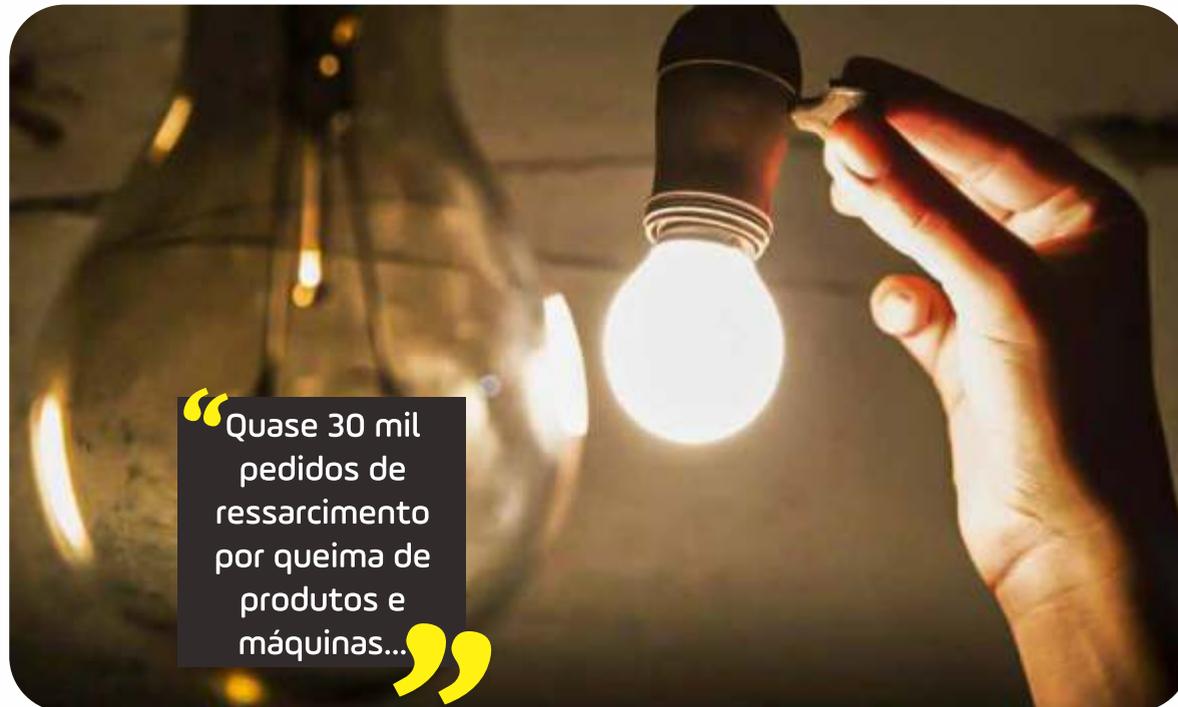
Nos anos 1990, as cooperativas de crédito que se formaram no estado do Paraná abriram suas primeiras unidades no modelo de agência bancária. À época, quem representava o segmento eram os sindicatos dos bancários e as primeiras Convenções Coletivas de Trabalho (CCT) foram assinadas pela Fetec-CUT/PR (Federação dos Trabalhadores em Empresas de Crédito do Estado do Paraná), entidade sindical que reúne os dez sindicatos dos bancários filiados à CUT no estado. As CCTs assinadas eram muito semelhantes às dos bancários, com mais direitos, melhores pisos salariais e melhores condições de trabalho.

Porém, em 2001, a entidade patronal (Ocepar – Organização das Cooperativas do Estado do Paraná), durante as discussões para a renovação da CCT, colocou como condição o rebaixamento de diversas cláusulas importantes. A Fetec-CUT/PR recusou-se a assinar uma CCT rebaixada, fato que se repetiu em 2002. Em 2003, foi fundado o “Sindicato” da

categoria. A Fetec-CUT/PR tentou, administrativamente e judicialmente, manter a representação dos cooperativários, mas não obteve êxito. O novo “Sindicato” foi reconhecido oficialmente e passou a ser o signatário da CCT dos cooperativários, aceitando de imediato as condições anteriormente recusadas pela Fetec-PR. Não por coincidência, esse processo coincidiu com a expansão do sistema e com a aberturas de dezenas de novas unidades em todo o estado do Paraná.

Os sindicatos da Fetec-PR continuam convencidos de que são os legítimos representantes também da categoria dos cooperativários e que a fragmentação interessa somente aos patrões. Infelizmente, por enquanto, a legislação favorece a interpretação de que não é a natureza dos serviços prestados, mas a natureza jurídica do empregador é que determina a representação, favorecendo a criação de novos “Sindicatos”, não apenas no ramo financeiro, mas em diversos outros ramos da economia.

Quedas de energia aumentam, mas a Copel ignora o problema



“Quase 30 mil pedidos de ressarcimento por queima de produtos e máquinas...”

O movimento sindical alertou várias vezes sobre os problemas que a população paranaense passaria a enfrentar, com relação ao fornecimento de energia elétrica, caso a Copel fosse privatizada. Os alertas não adiantaram e, em agosto de 2023, com apoio da maioria dos deputados estaduais, o governo Ratinho Junior vendeu a estatal. Não demorou muito para os apagões começarem e hoje as frequentes quedas de energia são uma grande preocupação para a população.

De acordo com o Sindicato dos Engenheiros do Paraná (Senge-PR), após a venda da Copel os apagões aumentaram 41% e o tempo de reparo cresceu 55%. Antes os reparos demoravam 4 horas e agora demoram mais de 6 horas, em média. Os maiores problemas ocorrem na área rural. É nítido que o sistema está sobrecarregado, mas a Copel deixou de investir em tecnologia e mão de obra para suprir a demanda. No entanto, nesse período houve aumento de lucros, distribuição de dividendos e aumento de salários dos diretores.

No dia 18/03, a Assembleia Legislativa do

Paraná promoveu uma audiência pública para debater a piora do atendimento da Copel, mas a empresa não mandou representantes. Os constantes apagões têm provocado muitos prejuízos. Em menos de um ano, já são quase 30 mil pedidos de ressarcimento por queima de produtos e máquinas. Porém, apenas 25% dos clientes tiveram o dano reparado. Os problemas são idênticos aos de outros estados, como Roraima, Rio de Janeiro e São Paulo, onde as companhias elétricas também foram privatizadas para darem lucro para os acionistas.

O Senge-PR, os deputados estaduais de oposição, promotores públicos e outras autoridades presentes à audiência foram unânimes na avaliação: o serviço prestado para produtores rurais, indústria e consumidores piorou e que, tanto o governador Ratinho Junior quanto o presidente da Copel, Daniel Pimentel, devem ser responsabilizados. "Querem sugar tudo e depois devolver para o estado. É criminoso o que o governador Ratinho Junior fez com a Copel", afirma o deputado federal Tadeu Veneri, que participou da audiência.

Os apagões aumentaram 41% e o tempo de reparo cresceu 55%

Privatizações pioram serviços e aumentam tarifas

Recentes privatizações de empresas estatais ocorridas em vários estados brasileiros estão na contramão do mundo. Enquanto os dados demonstram que mais de 1.600 empresas já foram reestatizadas em vários países, como é o caso do setor elétrico na França e da empresa de distribuição de gás na Alemanha, que foram reestatizadas em 2022, no Brasil vários governadores com ideologia ultraliberal seguem no sentido inverso: vendem empresas estratégicas e prejudicam a população. Entre os casos mais recentes estão as privatizações ocorridas no Paraná, São Paulo, Rio de Janeiro, Roraima, Minas Gerais, Goiás, Alagoas, Rio Grande do Sul, Manaus, entre outros. Entre os impactos, a crescente piora na qualidade dos serviços oferecidos e o aumento das tarifas chamam a atenção, em especial quando se trata de áreas estratégicas, como saneamento, transporte e energia. O caso mais emblemático e visível é a Enel, em São Paulo, responsável por incontáveis apagões e uma inaceitável demora no restabelecimento da energia após eventos climáticos. Mas não é o único. No Rio de Janeiro, após a venda da Companhia Estadual de Águas e Esgotos, o percentual de tratamento de esgoto caiu 7%, entre 2020 e 2021, e cresceu a quantidade de reclamações por falta d'água. Em Alagoas, Rio Grande do Sul e Manaus, a população lida com a diminuição de cobertura de água tratada, altas tarifas e falta de transparência por parte das empresas. Em Goiás, desde venda da companhia energética para um grupo italiano, o estado convive com crises no fornecimento de energia elétrica, que causa prejuízo aos consumidores e danos no setor produtivo. Isso se repete em São Paulo, Rio de Janeiro, Roraima e no Paraná. No Espírito Santo, com a venda da Espírito Santo Centrais Elétricas S. A. (Escelsa), entre 1995 (quando foi privatizada) e 2015, o reajuste acumulado da tarifa de energia elétrica foi de 751%, mais que o dobro que a **inflação no período**.

EMPRESAS LUCRATIVAS - Todas essas empresas eram lucrativas. Segundo especialistas, essa é a questão, ou seja, o objetivo central da privatização é o aumento do lucro dos acionistas. E as formas de aumentar a maximização de lucro é aumentando a tarifa, diminuindo o custo de pessoal e de investimento, manutenção e operação dos sistemas. Assim, para a população resta, na maioria das vezes, preços abusivos por um serviço cada vez mais precário.